

O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA MOTIVAÇÃO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Isabel Balisardo; Isabelly Anastacio Haro; Marcos Vinicius Francisco

Curso de Educação Física e Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP.
Correspondência para Isabel Balisardo - isabelbalisardo@globocom.com

RESUMO

A presente pesquisa é decorrente do Trabalho de Conclusão de Curso em Educação Física pela Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP. Na ocasião, por meio da pesquisa histórica, buscaram-se respostas para as questões que remetem ao processo de construção da motivação nas aulas de Educação Física. Destarte, ao observar e analisar os fatos relacionados ao tema, sobretudo, desde os primórdios da Educação Física, no final do século XIX, até os dias atuais, verifica-se as influências políticas de cada momento da história brasileira na constituição do componente curricular, bem como no modo como muitos professores mediavam/mediam o conhecimento, e como interagem/interagem com os seus alunos. Pondo em prática procedimentos higienistas, eugenistas, militaristas e esportivistas, nos quais a cultura corporal sempre esteve destoadada de sentido e significado para parcela expressiva de seus alunos, a Educação Física até a década de 1980 não conseguia mostrar sua legitimidade social. E é diante deste quadro, por meio do amparo epistemológico da abordagem crítico-superadora em Educação Física que se defende uma práxis-pedagógica que seja capaz de motivar os estudantes para a participação ativa frente ao componente curricular, a fim de que os estudantes possam se sentir motivados a apropriarem o conhecimento produzido pelo gênero humano.

Palavras - chave: Motivação; Educação Física; História da Educação Física.

THE PROCESS OF BUILDING HISTORY OF MOTIVATION IN PHYSICAL EDUCATION CLASSES

ABSTRACT

This research is a result of Labor Completion of course in Physical Education from the Faculdade de Ciências e Tecnologia - UNESP. At the time, through historical research, were sought answers to questions that relate to the construction process of motivation in physical education classes. Thus, to observe and analyze the facts related to the topic, especially since the dawn of Physical Education at the end of the nineteenth century to the present day, there is political influences every moment of Brazilian history in the constitution of the curricular component, as well as how many teachers mediated / mediating knowledge, and how they interacted / interact with their students. Putting in place procedures hygienists, eugenicists, militaristic and esportivistas, in which the body culture has always been without meaning and significance to a significant portion of their students, physical education until the 1980s could not show their social legitimacy. And it is on this framework, through the support of epistemological critical approach surpassing in Physical Education which advocates a pedagogical-praxis that is capable of motivating students for active participation across the curriculum component, so that students can motivated to appropriating knowledge produced by human gender.

Keywords: Motivation; Physical Education; History of Physical Education.

INTRODUÇÃO

A Educação Física é um componente curricular obrigatório na Educação Básica, no entanto, muitas vezes esteve vinculada ao senso comum, como uma disciplina sem fins educacionais, como uma forma de se educar apenas o físico, ou ainda como um momento para preencher o ócio. Para que se possa haver uma compreensão da Educação Física nos dias atuais, faz-se necessário regressar na história deste componente curricular e analisar alguns dos seus acontecimentos históricos mais marcantes.

Nesse sentido, Castellani Filho (1991) destaca que é por intermédio da leitura da história da área que será possível apreender os significantes relativos à Educação Física e, por conseguinte, estabelecer relações entre os papéis representados ao longo de sua existência. Além disso, o desenvolvimento das aulas e a relação professor aluno, também foram influenciados por esse processo, o que interferiu/interfere diretamente em muitos aspectos da aprendizagem dos alunos.

Diante desses pressupostos, o estudo buscou analisar por meio da pesquisa histórica, o processo de construção histórica da motivação nas aulas de Educação Física, desde os seus primórdios enquanto área do conhecimento, até os dias atuais. Tem-se como hipótese que a maneira como a práxis-

pedagógica foi e vem sendo conduzida, e acaba por interferir na vontade do aluno em participar ou não das aulas no segmento escolar.

Defende-se que a motivação proporciona a sensação de bem estar e prazer, além de favorecer com que os estudantes possam se perceber como parte integrante do processo histórico de apropriação e produção dos conhecimentos produzidos na área de Educação Física escolar.

METODOLOGIA

Adotou-se nessa investigação a metodologia da pesquisa histórica, por acreditar que por seu intermédio será possível compreender o processo de construção da motivação nas aulas de Educação Física escolar, desde sua gênese até os dias atuais, no contexto brasileiro.

Conforme Gabriel (2011) os saberes construídos no imaginário social, começaram a ser resgatados, pelo intermédio de civilizações antigas que não aceitavam em deixar esquecidas suas experiências descobertas, bem como que suas memórias ficassem perdidas no tempo. Assim, criaram inúmeras formas de registrar e preservar informações para o conhecimento das gerações futuras.

[...] os registros preservados e socializados poderão contribuir para o desenvolvimento de novos saberes devidamente contextualizados. Os documentos são produtos de uma ação intencional, no momento em que um indivíduo decide compartilhar e deixar para a posteridade suas considerações sobre um dado pesquisado, ou sobre sua sensibilidade, sendo assim, os documentos se tornam fontes para que outros possam beber novos conhecimentos (GABRIEL, 2011, p.3).

Ainda de acordo com a autora, as fontes de pesquisa histórica são todas as informações sobre a dinâmica coletiva e social dos sujeitos no e através dos tempos, e que, por conseguinte, estão registradas em diferentes fontes de pesquisa, tais como os “livros, periódicos, vídeos, áudio, mapas, correspondências etc”. Há que se destacar que tais fontes podem ser primárias, ou seja, quando não sofreram intervenções ou interpretações; ou secundárias, quando discutem e problematizam informações contidas nas fontes primárias.

Frente a esses aspectos, procurou-se selecionar os clássicos produzidos na área de Educação Física Escolar e que produziram discussões sobre a história do componente curricular, a fim de que se verificar o processo de construção histórica da

motivação nas aulas de Educação Física, desde os seus primórdios enquanto área do conhecimento, até os dias atuais.

Na busca pelas obras, procedeu-se um levantamento na base de dados Scielo. O “unitermo” utilizado foi “História da Educação Física”. Na primeira busca, encontrou-se apenas 01 artigo científico com o referido “unitermo”. Frente à escassez de literaturas, e com a ajuda do orientador desse trabalho, realizou-se novamente uma busca com o “unitermo” Educação Física, com o intento de se ter o acesso a mais obras. Nessa fase, fez-se necessário a leitura dos resumos dos 162 artigos encontrados, dos quais 18 tinham interface com a história da Educação Física.

Ainda no Scielo, obteve-se 500 resultados, com a busca voltada para o “unitermo” motivação. Todos os resumos foram lidos e classificados dentro das seguintes áreas: Saúde; Educação Básica; Empresa; Pesquisa/Produção de Conhecimento Científico; Universidade; Social; Economia; Esporte e Música. Ao refinar os 70 trabalhos sobre a Educação Básica obteve-se 20 trabalhos que contemplam a questão da Motivação Escolar e 11 que abarcam a Motivação Escolar em aulas de Educação Física.

Todos os materiais foram lidos e fazem parte da versão final da pesquisa, todavia nesse artigo serão apresentadas

apenas algumas reflexões sobre alguns desses trabalhos, tendo em vista o limite de páginas.

RESULTADOS

Por mais que o processo do surgimento da Educação Física brasileira esteja atrelado à Reforma Couto Ferraz de 1851, que instituía a obrigatoriedade do componente curricular nas escolas da corte. Foi apenas com o decreto de Rui Barbosa em 1882 que a área começa a sofrer uma melhor valorização profissional, ao defender a inclusão de aulas de ginástica no segmento escolar. Todavia, a efetivação de tal processo só se deu de forma mais abrangente a partir da década de 1920. Referente aos estudos e pesquisas realizados por autores da Educação Física, Rui Barbosa defendia por meio da ginástica que as crianças pudessem desenvolver o vigor físico, elemento essencial ao equilíbrio da vida humana (CASTELLANI FILHO, 1991).

Conforme Bracht (1999) e Souza Júnior e Galvão (2005) a educação corporal surgiu no contexto escolar com a intenção de adestrar comportamentos. A crença estava assentada na premissa de que ao se educar os movimentos se educa o comportamento. Outro ponto a destacar é que esses conhecimentos sofrem influências do meio cultural em que os indivíduos vivem.

Diante de tais aspectos, faz-se necessário resgatar alguns elementos que explicitem a constituição histórica da disciplina de Educação Física no contexto brasileiro. Castellani Filho (1991) destaca que os tempos do Império e do período Republicano vinculam a história da educação física às instituições militares no Brasil. Essas instituições foram decisivas na configuração da área.

Rei e Ludorf (2012) e Bracht (1999) ponderam que com a manutenção da ordem e progresso social, sob a influência militar, a Educação Física no Brasil na última metade do século XIX e na primeira metade do século XX foi entendida como um elemento de extrema importância para forjar o indivíduo forte e saudável indispensável para a implementação do progresso e desenvolvimento do país.

Conforme Castellani Filho (1991) a Educação física até então era vista somente como um trabalho manual, físico e desprestigiado devido ao conceito escravocrata da época do colonialismo. Isto enquanto vista como “trabalho”. Em sentido do lúdico, era recebida como preenchimento do ócio e valorizada pela classe dominante. Ainda no que tange à figura da mulher no contexto da Educação Física, ao ser implantado a disciplina no meio social, as mulheres apenas podiam vivenciá-la com a

intenção de se tornarem fortes e robustas, com a intenção de gerar filhos saudáveis.

A compreensão de atitudes femininas é vista como influência biológica, servindo de anteparo para o homem ser considerado como o sexo superior, desvinculando teorias de que este conceito poderia ser sociocultural. Oportunizar aos homens melhorarem suas destrezas físicas, fez com que as mulheres fossem associadas quase que somente a ideia de mãe. A “ginástica” da mulher, deveria ser realizada fazendo serviços domésticos (CASTELLANI FILHO, 1991).

Dessa forma, podemos destacar que a ginástica representava o movimento médico-social do higienismo; a ginástica e o treinamento esportivo deveriam ser usados nas escolas para melhorar a aptidão física, a saúde e o rendimento, objetivos básicos da política corporal a serviço da manutenção das relações sociais (CASTELLANI FILHO, 1991; BRACHT, 1999).

Outro aspecto a ressaltar é que a Educação Física também esteve associada à educação sexual, na qual segundo os higienistas por meio de suas intervenções poderia transformar homens e mulheres em reprodutores e guardiões de proles e raças puras (CASTELLANI FILHO, 1991).

É notório destacar, conforme Castellani Filho (1991) e Souza Júnior e Galvão (2005) que no que diz respeito ao

ensino escolar, mesmo com a modernização da sociedade quem vivia em áreas rurais acabava sendo excluído do processo. Visto esta discussão para o âmbito educacional, com a modernização da sociedade brasileira, ficam evidenciados índices altíssimos de analfabetismo por parte da população operária. Então surge a necessidade de se organizar campanhas para difusão da escola primária, lideradas por políticos, introduzindo assim o ensino cívico, com a intenção de combater o analfabetismo. Porém este progresso não atingia a escola secundária pública.

As reformas educacionais realizadas em diversos Estados brasileiros, de 1920 a 1928, contemplavam a Educação Física como componente curricular do ensino primário e secundário, atendendo essas instituições com melhores métodos. Sem estabilidade, novamente é cogitado reformar o plano educacional. Pouco depois da adoção de um projeto, já se pensava em modificações nas diretrizes. A consequência dessa instabilidade é a desorganização permanente da área. Mudavam-se constantemente os programas e processos de ensino (CASTELLANI FILHO, 1991; SOUZA JÚNIOR; GALVÃO, 2005).

Conforme Castellani Filho (1991), com o Estado Novo, a política educacional se transforma, pois o novo regime tinha diretrizes definidas e ideologia própria a ser difundida pela Educação. Havia certa

exaltação da nacionalidade, anticomunismo e valorização do ensino profissional. Neste momento, foi instalado nas instituições escolares como componentes curriculares a Educação Física e a Educação Moral e Cívica como elos de uma mesma corrente, responsáveis pela definição da política de governo. Por lei era proibido matricular no ensino secundário quem tivesse estado patológico e que impedisse permanentemente a frequência às aulas de Educação Física, pois neste período reforçava-se a ideia de que a disciplina era um componente curricular que visava preparar os homens para servir ao exército, “defender seu país”.

Castellani Filho (1991) resgata que com a Constituição dos Estados Unidos do Brasil, promulgada em 10 de novembro de 1937 a Educação Física passa a se preocupar com o processo de higienização da raça brasileira, pois voltavam ao cumprimento de deveres para com a economia, visando assegurar o processo de industrialização implantado no país. Saindo da condição de colônia buscava-se conscientizar as pessoas a buscarem seu próprio estilo de vida. Contudo, este entendimento levou a associar a Educação Física com a educação do físico, da saúde corporal, conduzindo aos movimentos mecânicos e não questionados. Por trás desse processo, tinha-se como objetivo formar mão de obra adestrada e

capacitada para servir aos interesses do capital. Os responsáveis por este desfecho não foram exclusivamente os militares, mas também à classe médica que neste período encontrava-se aliada ao processo de tomada de decisão da área, bem como na busca por condições exigidas do “homem saudável”.

Complementando tais ideias, Bracht (1999, p.05) ressalta que “há exemplos marcantes na história desse tipo de instrumentalização de formas culturais do movimentar-se, como, por exemplo, a ginástica: Jahn e Hitler na Alemanha, Mussolini na Itália e Getúlio Vargas e seu Estado Novo no Brasil”.

Estes exemplos são provas de que o físico era considerado mais importante e eficiente do que a dimensão do intelecto em termos de obediência servil. Os indivíduos precisam vivenciar corporalmente, por meio das manifestações ginásticas, situações que expressassem as intenções dos superiores para aprenderem a aceitar e a obedecer.

Em 1940 novas mudanças se instalam no Brasil, a Educação Cívica, Moral e Física tornaram-se obrigatórias até deste a infância até juventude. Serviam assim como forma de adestramento físico da juventude em “defesa da nação” e em preocupação com o desenvolvimento econômico. Nesse bojo de discussões, a Educação Física foi contemplada como matéria obrigatória oferecida em todos os estabelecimentos de

ensino e cumprida por todos os alunos até os 21 anos, com o propósito de usar todo o tempo não ocupado para o aumento de sua capacidade de produção (CASTELLANI FILHO, 1991).

O referido autor chama atenção para o fato de que, a construção de uma nova mentalidade, por intermédio da classe burguesa, passa a reforçar que as classes trabalhadoras deveriam se utilizar a Educação Física para compensar “desgastes de força”, ao ter momentos reservados para desportos ao ar livre. Assim, num primeiro momento podemos cair na cilada ao achar que estavam preocupados com a saúde dos trabalhadores, quando na verdade a grande preocupação era de que os mesmos pudessem produzir cada vez mais e mais.

Ao abarcar as discussões posteriores ao final do Estado Novo, Castellani Filho (1991) e Rei e Ludorf (2012) pontuam que a inspiração liberalista cede lugar a uma tendência tecnicista. Nos anos de 1970 a Educação Física e o esporte ao corresponderem às expectativas da classe dirigente referente ao princípio de desenvolvimento e aos anseios dos governantes dão início ao projeto governamental “esporte para todos”. O desporto ganha contornos de massa e passa ser associado ao discurso da busca pelo fortalecimento da nação olímpica.

O esporte aparece com a intenção de adquirir medalhas e transmitir a sensação de preocupação com o bem estar social da população; garantir e oportunizar vivências nos esportes passa a ser dever do Estado e direito dos cidadãos. Por trás dessas boas intenções advindas do estado, escondiam-se os interesses econômicos em produzir capital para o sistema político, trazendo dinheiro de outros países através do esporte (CASTELLANI FILHO, 1991; REI; LUDORF, 2012).

Em nível superior, a Educação Física na década de 1960 teve sua obrigatoriedade ratificada junto ao ensino médio e primário. Em 1969, no ensino superior a Educação Física colaborava através do seu caráter lúdico esportivo com o esvaziamento de qualquer articulação política do movimento estudantil. Evidenciava os traços alienantes, formando assim, profissionais desqualificados, que transmitiam para seus alunos conhecimentos limitados (CASTELLANI FILHO, 1991).

Neste período, a ciência de cunho positivista colaborou decisivamente com os estudos que buscavam saber como melhorar a eficiência mecânica dos movimentos. Assim, não havia uma preocupação se esse movimento estava localizado espacialmente e temporalmente ou datado de influências histórico-culturais.

DISCUSSÃO

Há que se destacar, diante dos aspectos já mencionados que em seu legado histórico, a disciplina de Educação Física deixou as marcas da exclusão naqueles que eram considerados menos habilidosos e aptos a praticar as manifestações esportivas. Todavia, há que se destacar que tais práticas, ainda, se fazem recorrentes na área (BIDUTTE, 2001; FOLLE; TEIXEIRA, 2012).

As produções da área não propunham uma leitura crítica de seus fundamentos pedagógicos, ao evidenciar a ausência de uma epistemologia condizente com seu papel e intervenção social. A Educação Física continuava a serviço da manutenção social.

Foi através das obras de Inezil Penna Marinho que a Educação Física iniciou transformações em seus estudos, não podemos afirmar que foi uma mudança completa e ideal, porém, foi o suficiente para valorizar os estudos históricos da educação física brasileira (MELO, 2006).

Em uma segunda fase da história da Educação Física, em especial a partir dos anos finais da década de 1970 e anos iniciais dos anos de 1980, quando os primeiros docentes da área começaram a se titular em cursos de pós-graduação no Brasil e no exterior é que se começou a problematizar e teorizar sobre o papel da Educação Física (TAFFAREL et al., 1993; SOUZA JÚNIOR et al., 2011).

Destaque para a abordagem crítico-superadora em Educação Física, a qual defende que os professores em sua práxis-pedagógica devem compreender que o uso que o sujeito fará do movimento (diferentes manifestações da cultura corporal), não será, em última instância, a condição física, habilidade esportiva, flexibilidade, e sim, os valores e normas de comportamento introjetados pela condição econômica e pela posição na estrutura de classes de nossa sociedade. Os conteúdos passam a ser abordados a partir dos aspectos histórico-culturais. Nessa perspectiva, Taffarel et al. (1993) enfatizam que:

A expectativa da Educação Física escolar, que tem como objeto a reflexão sobre a cultura corporal, contribui para a afirmação dos interesses de classe das camadas populares, na medida em que desenvolve uma reflexão pedagógica sobre valores como solidariedade substituindo individualismo, cooperação confrontando a disputa, distribuição em confronto com apropriação, sobretudo enfatizando a liberdade de expressão dos

movimentos – a emancipação –, negando a dominação e submissão do homem pelo homem (COLETIVO DE AUTORES, 1993, p.40).

Assim, ganha destaque a influência das discussões sociológicas e filosóficas; a Educação Física passa a refletir sobre novas propostas pedagógicas. A pedagogia progressista busca revolucionar a educação, transformando-a em um processo que pode trazer conhecimentos e análises fundamentadas aos alunos, para que estes se percebam como sujeitos de sua própria vida. Além de serem capazes de refletir, ter opiniões próprias, e “fugir” do sistema alienador.

Bidutte (2001) e Folle e Teixeira (2012) destacam a necessidade dos professores em sua intervenção pedagógica, proporcionar aos alunos um ambiente ideal para que estes se socializem, tenha oportunidade de apreender os conhecimentos humanos produzidos historicamente, bem como desenvolverem-se tanto quanto for necessário.

A Educação Básica nas diferentes áreas do conhecimento deve preocupar-se em desenvolver os alunos integralmente, mediante uma intervenção consciente por parte daqueles que mediam o conhecimento, caso se tenha como objetivo alcançar uma

educação de qualidade para todos. É necessário reconhecer a cultura em que os alunos estão inseridos para que a comunicação seja clara e de fácil entendimento. Porém, isso não significa que os horizontes não precisarão ser expandidos. À disciplina Educação Física cabe proporcionar diferentes vivências das manifestações da cultura corporal, a fim de que os alunos tenham contato com disposições até então não conhecidas por eles.

Quando o assunto é motivação, o “esporte na escola” deve ser percebido como um tema a ser problematizado e superado rumo ao “esporte da escola”. Deve-se romper definitivamente com o “modelo de formação de atletas” ou com qualquer intenção de se obter performances e resultados de alto rendimento em âmbito escolar. Assim, as vivências devem ir além dos movimentos mecânicos, repetitivos e sem reflexão. Ao se educar, apenas um corpo automatizado, assumem-se os riscos de continuar excluindo uma parcela dos educandos, que não se enquadram em padrões hegemônicos dos esportes.

Os alunos necessitam ser motivados a tomar decisões e ter opiniões próprias frente às diferentes manifestações da cultura corporal. Para isso, necessitam conhecer e ter espaço privilegiado para se expressarem (BIDUTTE, 2001; FOLLE; TEIXEIRA, 2012).

Outro aspecto a ressaltar é que a luta contra a alienação, o conformismo e consumismo que tanto imperam em nossa sociedade, em todas as classes sociais, são temas concernente à motivação escolar nas aulas de Educação Física na perspectiva da abordagem crítico-superadora, em especial, a partir do momento que os estudantes passam a se perceber como integrantes da história humana, e que lutar por melhores condições de vida, bem como pela transformação social, se torna condição “sine qua non”.

Por fim, com base nas reflexões geradas por intermédio das obras que focam sobre o papel da motivação nas aulas de Educação Física (BIDUTTE, 2001; FOLLE & TEIXEIRA, 2012; SHIBUKAWAI et al., 2011) destacam-se algumas considerações sobre o tema. Para incentivar o aluno não é necessário elogiar apenas com palavras, até mesmo porque a atitude e postura do professor evidenciam o quanto ele acredita no potencial de seus educandos. Assim, o professor precisa demonstrar ao aluno que possui um olhar afetivo, escuta afetiva e presença significativa, deve discutir as atividades com o aluno para ele se interar dos diferentes assuntos abordados em aula.

Finalizando, destaca-se mais uma vez, que num efetivo processo de construção da motivação, o aluno irá entender que errar faz parte do processo de aprendizagem, e que

cada aluno tem um desempenho diferente. O professor, por sua vez, deverá evidenciar em sua práxis pedagógica que ninguém é melhor que ninguém.

CONCLUSÃO

Sem o intento de esgotar as discussões sobre o tema, essa pesquisa abre o diálogo para que mais pesquisadores se aventurem em pesquisar as correlações sobre a motivação na área de Educação Física Escolar.

Concluí-se que cabe ao professor a responsabilidade de não considerar as aulas de Educação Física como um espaço de “atividade pela atividade”, é indispensável que sua intervenção seja crítica, tenha um planejamento sequenciado e sistematizado, e também que saiba observar as necessidades intelectuais, afetivas e motoras de cada aluno, respeitando e se apropriando do meio social e cultural no qual estas crianças estão inseridas.

Numa perspectiva crítica, a Educação Física deve romper com qualquer estereótipo higienista, eugenista, esportivista e militarista, pelos quais parcela expressiva dos alunos foram excluídos do seu contato efetivo durante mais de um século. As aulas devem ser pensadas em todos, e entendidas como espaços de motivação para a emancipação frente à cultura corporal e ao conhecimento humano.

REFERÊNCIAS

- BIDUTTE, L. C. Motivação nas aulas de educação física em uma escola particular. **Psicologia Escolar e Educacional**, Maringá v.5, n.2, p. 49-58, jul./dez. 2001.
- BRACHT, V. A política de esporte escolar no Brasil: a pseudovalorização da Educação Física. **Rev. Bras. Cienc. Esporte**, Campinas, v. 24, n. 3, p. 87-101, maio 2003.
- BRACHT, V. A constituição das teorias pedagógicas da Educação Física. **Cadernos Cedes**, Campinas, v.21, n. 48, ago. 1999.
- CASTELLANI FILHO, L. **Educação física no Brasil: a história que não se conta**. 2. ed. Campinas: Papirus, 1991.
- GABRIEL, S. C. F. **A Pesquisa histórica como possibilidade de (re)construção dos tempos**. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DO CURSO DE HISTÓRIA DA UFG JATAÍ 2., 2011, Jataí. Anais... Jataí: UFG, 2011. p.1-11.
- MEDINA, J. P. S. **A Educação Física cuida do corpo... e “mente”**: Bases para a renovação e transformação da Educação Física. 9. ed. São Paulo: Papirus, 1990.
- MELO, V. A. **História da Educação Física e do Esporte no Brasil: panoramas, perspectivas e propostas**. 3. ed. São Paulo: IBRASA, 2006.
- REI, B. D.; LUDORF, S. M. A. Educação física escolar e ditadura militar no Brasil (1964-1985): balanço histórico e novas perspectivas. **Revista de Educação Física UEM**, Maringá, v.23, n.3, p. 483-497, jul./set. 2012.
- SHIBUKAWAI, R. M. et al. Motivos da prática de dança de salão nas aulas de educação física escolar. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v.25, n.1, p. 19-26, jan./mar. 2011.
- SOUZA JÚNIOR, M.; GALVÃO, A. M. O. História das disciplinas escolares e história da educação: algumas reflexões. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.31, n.3, p. 391-408, set./dez. 2005.
- SOUZA JÚNIOR, M. et al. Coletivo de autores: a cultura corporal em questão. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v.33, n.2, p. 391-411, abr./jun. 2011.
- TAFFAREL, C.N.Z. et al. **Metodologia do Ensino de Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1993.

Recebido para publicação em 23/08/2013

Revisado em 09/09/2013

Aceito em 12/09/2013